Nº 05 - 06/03/2024

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2021/2025, REALIZADA NO DIA SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho em Montemor-o-Novo, realizou-se a quinta reunião de dois mil e vinte e quatro da referida Câmara, do mandato dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, estando presentes Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Presidente, e os senhores Vereadores Henrique José Leocádio Lopes, Sílvia de Sousa Carranca Vieira dos Santos, António Luís Pinto Xavier, António Adriano Mateus Pinetra, Gil Pegado Porto.
Ausente desta reunião este a senhora Vereadora Maria da Graça Duarte do Nascimento, por motivos profissionais, falta que foi considerada justificada.
E em conformidade com o disposto nº 2 do art.º 57º da Lei 75/2013 de 12/9, esteve presente para dar apoio ao Órgão, a Chefe de Gabinete Paula Cristina Pinto Martins e eu, Maria Luisa da Silva Martins, que secretariei a reunião.
A presente Reunião de Câmara realizou-se presencialmente, com atendimento por marcação (em alternativa, está disponível o atendimento por via digital através do mail gap@cm-montemornovo.pt), ao abrigo dos nºs. 2 e 3 do artigo 3º da Lei 1-A/2020, de 19 de março.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pelo Senhor Presidente:

Ordem de Trabalhos

1. **GABINETE DE APOIO À PRESIDENCIA E VEREAÇÃO**

   A) Encarregado de Proteção de Dados- Ratificação

2. **SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

   A) Parecer sobre pedidos de Autorização para Ações de (Re) Arborização

3. **GABINETE DAS ASSOCIAÇÕES**

   A) Proposta de Atribuição de Subsídio a Alunos Carenciados /Associação de Pais da E.B.1 de Foros de Vale de Figueira – janeiro de 2024
   B) Proposta de Atribuição de Subsídio a Alunos Carenciados /Associação de Solidariedade Social de Silveiras- janeiro 2024
   C) Proposta de Atribuição de Subsídio a Alunos Carenciados /Associação de Pais da E.B.1 Nº1 de Montemor-o-Novo – janeiro 2024
   D) Proposta de Atribuição de Subsídio à Casa do Povo da Cabrela – Setembro a dezembro de 2023

4. **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA**

A) Apreciação Financeira
B) Empreitada - Remodelação e Ampliação do Jardim de Infância n.º 1 de Montemor-o-Novo (OPERAÇÃO N.º ALT20-02-5673-FEDER-000088-REQUALIFICAÇÃO JI N.º 1 MONTEMOR) – Contrato n.º 42/2021 –Aprovação de supressão de trabalhos e da minuta do sexto adicional ao contrato
C) Concurso Público nº 03/2022 – Empreitada – "Instalação de Relvado Sintético no Campo de Futebol de Fazendas do Cortiço" – Contrato n.º 80/2022-OP – Revisão Ordinária de Preços (provisória)
D) Denuncia de contrato - Bar do Quiosque do Jardim da Estação
E) Hasta Pública 01/2024 - Procedimento para Arrendamento do Bar do Quiosque do Jardim da Estação - Peças do Procedimento.

5. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A) Proposta de Protocolo Local 2024
B) Proposta de Normas de Participação Feira da Luz/Expomor 2024

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANISTICA

De: SONIA ALEXANDRA MORAIS SANTOS MACHADO BRANCO, requerendo licenciamento do projeto de legalização de obras de construção no prédio referente a empreendimento de turismo rural na modalidade Casa de Campo localizado em Foros da Amendonça, freguesia de S. Cristovão.

De: SONIA DO CARMO CARAPINHA VALE DE GATO, requerendo aditamento à operação do Loteamento Municipal de Lavre sobre o lote 18, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

De: LÍLIA DE JESUS CORREIA MARTINS ESPADINHA, requerendo aditamento à operação do Loteamento licenciado pelo Alvará de Loteamento n.º 3/008, de 23 de maio de 2008, que incide sobre o lote n.º 1 na Rua 25 de Abril em S. Geraldo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

De: GREGORY C FRANCIS, requerendo aprovação dos projetos de especialidades e licenciamento da obra de reconstrução e ampliação de habitação, construção de piscina e muro a levar a efeito no prédio denominado por Foros da Tojeira, freguesia de S. Cristovão.

De: MARIA JOÃO CABRITA BROTAS, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à legalização, alteração e ampliação de habitação, anexo e construção de muro de vedação a levar a efeito na Rua Dr. João Pascoal Coelho n.º 4, em Silveiras, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

De: FÁBIO ANDRÉ COUVEIRO FÉLIX APARECIDO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à obra de ampliação de edifício de habitação, construção de garagem e alteração de muro de vedação, a levar a efeito na Rua General Humberto Delgado n.º 21, freguesia de Foros de Vale de Figueira.

De: PAULO JORGE CALADO VENTURA BARARDO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à obra de construção de habitação unifamiliar e piscina, a levar a efeito na Rua Feliciano Rabaça lote 2-3, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

De: CUSTÓDIA MARIA DOS SANTOS GIÃO RISSO PINHÃO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à obra de construção de habitação unifamiliar, a levar a efeito na Quinta da Nora, lote 18, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

De: GASIB – SOCIEDADE IBÉRICA DE GÁS LIQUEFEITO, LDA, requerendo aprovação do projeto e licenciamento para a instalação de depósitos de armazenamento de gás de petróleo liquefeito (GPL) com a respetiva rede de distribuição, a levar a efeito na propriedade denominada "Courela de Santa Comba", na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

B) Requerimentos

De: PAULO JORGE CALADO VENTURA BARARDO, requerendo emissão do 4.º aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/91 de 23/01, que titula a operação de loteamento levada a efeito na UPP16 – Zona de Urbanização III, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

De: MARCO PAULO FERNANDES PASCOA, requerendo emissão do aditamento n.º 1 referente à alteração ao Alvará de Loteamento nº 1/2017 de 3/11, com localização na Rua da Liberdade e Rua da Estação em Cortiçadas de Lavre, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

De: DEOLINDA MARIA PINTO, requerendo emissão do aditamento n.º 1 ao Alvará de Loteamento nº 2/2001 de 19/04, com localização na Rua 5 de Outubro, freguesia de Foros de Vale de Figueira.

De: ALMA D´ARAME – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, requerendo isenção do pagamento de taxas referente à realização de Espetáculos de Teatro, a realizar no Largo Machado dos Santos n.º 15, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

7. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS MUNICIPAIS

A) Proposta de aprovação da revisão do Projeto de Reutilização do Convento da Saudação
B) Proposta de aprovação do Projeto de Beneficiação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC) de Montemor-o-Novo

8. DIVISÃO SÓCIOCULTURAL

A) Proposta de abertura de bilheteira para a Festa do Teatro 2024
B) Proposta de aprovação de novos topónimos

9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL

A) Proposta de Protocolo para Refeições Escolares para Alunos de Cortiçadas de Lavre
B) Pedido de Cartão Social

10. ATENDIMENTO A MUNICIPES

Período Antes da Ordem do Dia

Apresentação de parabéns a atletas

Foi o senhor Vereador António Xavier que inicialmente tomou da palavra para congratular a A-XAT em primeiro lugar, por mais uma conquista da jovem Mariana Bibe, atleta sub-12, que se sagrou vice-campeã de Distrital de Clássicas, do Campeonato Distrital, organizado pela Associação de Xadrez de Setúbal.
Congratulou ainda os jovens dos diversos clubes, que foram convocados para as seleções distritais, nomeadamente o Ruben Brejo, do Grupo União Sport, que foi chamado à seleção distrital masculino, escalão sub-14, a Joana Mota, também do GUS, que mais uma vez foi chamada à seleção distrital feminina, sub-14, as atletas Carolina Fernandes e Marina Oliveira da TIS, com mais uma convocatória para o Centro de Desenvolvimento de Futebol Feminino. As atletas Carolina Dias, Inês Dias, Leonor Pinto e Maria Lisboa da Casa do Povo de Lavre e a atleta Maria Reis do GUS pela Convocatória à Seleção Distrital de Sub-9 e Sub-10.
Deixou ainda uma palavra de apreço pelo trabalho dos clubes, dos atletas, dos seus pais e de quem os acompanha.
O senhor Vereador apresentou ainda uma palavra de apreço à Casa do Povo Lavre, pelo extraordinário trabalho que tem desenvolvido com as suas atletas, apesar das condições menos propícias, do que os clubes da cidade, e ainda assim, não têm vergado e têm conseguido resultados muito positivos, parabenizando todos em geral.
Sobre o assunto em apreço pronunciou-se também o senhor Vereador Gil Porto para se reportar à Mariana Bibe, que foi vice-campeã Distrital de Setúbal pela A- Xat.
Ocorreu aqui uma falha de não subscrever a vitória, no campeonato nacional de semirrápidas da A-Xat, no final do mês de janeiro, que é o quarto título nacional na modalidade de semirápidas, e o décimo oitavo do seu historial, como tal, deixou esta nota de importância de 18 títulos nacionais.

Circuitos de Trilhos

Prosseguindo no uso da palavra o senhor Vereador António Xavier informou que a segunda das quatro provas do circuito por Trilhos do Montado, já tem inscrições abertas, este é o quarto Trilho da Filhós e podem fazer a inscrição no site ou nas redes sociais do município.

Visitas ao Património

O senhor Vereador António Xavier transmitiu que foram retomadas as visitas ao património, no âmbito do património cultural, no próximo dia 8 de março, dia grande desta cidade, decorrerá uma nova visita guiada, pelas 11 horas, com início na Igreja da Matriz e a visita é denominada Percursos de São João Deus.
Para participar na iniciativa, será necessário efetuar a inscrição no Posto de Turismo, e como é habitual, será gratuita.

Comemorações do dia 8 de Março

Retomou a palavra o senhor Vereador António Xavier para transmitir que no dia 8 de Março, integrado nas comemorações de São João Deus e também como é habitual, terá lugar a Procissão por S. João Deus, que terá início na Igreja da Matriz e segue depois até a Igreja do Hospital de S. João Deus.
Sobre o assunto em apreço pronunciou-se o senhor Vereador Henrique Lopes e na sequência do que foi transmitido pelo seu antecessor, para convidar todos os munícipes a associarem-se as estas comemorações bem como a população de fora do concelho, que assim o entenderem.

O senhor Vereador, descreveu as iniciativas previstas para este dia, assim às 9 horas terá lugar, no Edifício dos Paços do Concelho, o hastear das Bandeiras, com participação da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Montemor-Novo, às 9h30, no Jardim da Estação, um passeio de BTT "Volta à Cidade de Montemor-Novo", uma organização do Grupo de Cicloturismo de Montemor-Novo, também com a apoio do município, às 10h, no Parque Urbano, terá lugar uma caminhada, uma organização do MDM - Movimento Democrático das Mulheres, também com o apoio do município.

Prosseguindo no uso da palavra, reafirmou a informação prestada pelo senhor Vereador António Xavier de que às 11 horas na Igreja da Matriz decorrerá uma visita guiada, denominada Percursos de São João de Deus, que tem, como foi referido, a inscrição prévia no Posto de Turismo, às 14h30, no auditório da Freguesia de Nossa Senhora de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo de Silveiras, a Revolução e o Sucesso das Mulheres ao Serviço de Saúde, numa conversa com a Doutora Regina Corado, uma organização do MDM, com o apoio da União de Freguesias, Nossa Senhora da Vila, Bispo e Silveiras, às 16h terá lugar a procissão de S. João de Deus, com início, na Igreja da Matriz com destino ao Hospital São João de Deus, seguindo-se a Solene Eucaristia. A encerrar as comemorações, pelas 21.30h no Cine Teatro Curvo Semedo, realizar-se-á um concerto comemorativo do Dia do Município, Dia Internacional da Mulher e Dia de S. João de Deus, pela Banda da Armada, que conta com a presença da solista, instrumentista Sara Sá em flauta, uma organização do município, sob proposta da Banda da Armada.

Trata-se de um espetáculo muito interessante, numa perspetiva de cada vez mais existirem intérpretes e executantes femininas em contexto, não só de bandas filarmónicas civis, mas mais recentemente em contexto de bandas militares, o que faz todo o sentido, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador Gil Porto para se reportar ao assunto atrás mencionado, salientando que a Banda da Armada tem intérpretes femininas, pelo menos desde 2015, à altura em que até tinha uma maestrina. Assim, não é recente como tem sido anunciado pelo Vereador Henrique. Disse depois que teve oportunidade de assistir a um concerto desta Banda em Setúbal em 2015, como tal guarda esta memória, considerou de facto uma banda muito interessante, porém, em seu entender, não será o motivo de ter elementos femininos na sua composição a razão para a realização do espetáculo no dia 8 de Março.

Acrescentou ainda aqui, uma nota relativamente à questão dos bilhetes, referindo que teve conhecimento que foram disponibilizados na segunda-feira os bilhetes para o concerto e só posteriormente foram enviados convites, nomeadamente para a Assembleia Municipal. Esta situação levou que alguns elementos da Assembleia Municipal tivessem requerido bilhetes, por ainda não terem convites.

Esta questão tem sido abordada recorrentemente, sobre os lugares vazios ou do levantamento de bilhetes de forma desnecessária, sugeriu que esta articulação fosse mais atempada.

Foi o senhor Vereador Henrique Lopes que retomou a palavra, tendo dito que quando se referiu em recente, não estava a falar num espaço temporal tão curto. Disse ainda, que teve oportunidade de estudar um pouco da história da música e também das bandas.

Para quem, esteve no serviço militar, deve lembrar-se, que não havia mulheres nos anos 80 a cumprir o serviço militar, disse lembrar-se, que provavelmente na Marinha, no início dos anos 90 começaram as primeiras mulheres a ingressar o serviço militar, como tal trata-se de uma situação mais recente. É nesse contexto temporal, em relação à música, que já existe há uma série de décadas, possivelmente, um espaço de 5 a 10 anos que se refere, é uma situação relativamente recente o que considerou positivo e que cada vez existe mais.

Disse ainda, conhecer particularmente as bandas militares e portanto tem uma noção histórica, e ainda a banda da marinha, a qual remonta a uns séculos atrás.

Assim sendo, trata-se de um espaço temporal relativamente curto, pós 25 de abril, é uma situação que tem relativamente pouco tempo, congratulou-se pelas mulheres entrarem neste domínio que era exclusivamente masculino, e que trouxe naturalmente outro contributo, que

já havia nas orquestras sinfónicas, e nos outros tipos de orquestras. Já há algumas décadas, mulheres incorporadas, nas músicas, teatros musicais, e com muita qualidade.
E é esta situação que faz a interligação do Dia do Município e o Dia Internacional da Mulher.
O senhor Vereador Gil Porto retomou a palavra para dizer que existe um entendimento diferente relativamente à matéria em discussão, e que ficou claro o espaço temporal referido ser bastante distinto e assim sendo, não ser esse o motivo para esta escolha para atuar no dia 8 de março em Montemor-o-Novo.

Aquisição de viatura

Foi o senhor Presidente que seguidamente usou da palavra para informar que, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo adquiriu uma nova viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, com um volume de 16 metros cúbicos de carga traseira e que representa um investimento de cerca de 202 mil euros. Esta viatura irá possibilitar uma maior eficácia e rapidez no serviço prestado ao nível da recolha dos resíduos de sólidos urbanos em todo o concelho, e irá permitir renovar a frota existente, bem como, substituir uma das viaturas que já contabilizava mais de 30 anos de serviço. Irá também, naturalmente, ajudar a reduzir os custos de manutenção e de reparação.

Voto antecipado

Prosseguindo no uso da palavra o senhor Presidente transmitiu que, no passado domingo, dia 3 de março, decorreu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o voto antecipado para as eleições legislativas. o ato eleitoral aconteceu de forma ordeira e normal, participaram 358 eleitores dos 371 inscritos. Apenas 13 dos inscritos não conseguiram estar presentes, mas terão a possibilidade de votar no próximo domingo.

Assinatura de contrato

O senhor Presidente retomou a palavra para informar que no passado dia 23 de fevereiro, na sede da Junta de Freguesia do Ciborro, foi assinado o contrato de empreitada de conceção e construção da ETAR do Ciborro, entre as Águas Públicas do Alentejo SA e a empresa Ambiágua, Gestão de Equipamentos de Águas SA. A nova estação de tratamento de águas residuais do Ciborro, que tem um valor de contrato de aproximadamente 2 milhões de euros, foi dimensionada para 900 habitantes e tem uma capacidade de tratamento de 197 m3 por dia de águas residuais.
Receberá a totalidade das águas residuais domésticas do Ciborro, através de emissários até à nova instalação, que ficará localizada no limite do perímetro urbano na aldeia, onde se encontrava também a anterior ETAR, que já não funcionava há várias décadas.
Concretizou-se assim, uma grande ambição da população do Ciborro.

Realização de retancha

Voltando ao uso da palavra o senhor Presidente deu conhecimento que na Herdade da Adua foi realizada uma retancha nos passados dias 22 e 23 de fevereiro, efetuada pelos serviços municipais. Foram plantadas 100 azinheiras provenientes de uma candidatura ao programa Floresta Comum.
Este projeto foi acordado com o ICNF, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, onde o Município assumiu o compromisso de efetuar esta plantação, na Herdade da Adua, por forma a compensar o abate de árvores realizado a quando da última expansão da zona industrial.

Dia Internacional da Proteção Civil

Prosseguindo as suas intervenções o senhor Presidente informou que, no passado dia 1 de março, se assinalou o Dia Internacional da Proteção Civil, com o qual, se pretendeu sensibilizar a população para a importância de todos os agentes da proteção civil e entidades de apoio no trabalho desenvolvido na defesa, no socorro e na salvaguarda do cidadão, património e ambiente e também, tentar neste dia 1 de março, realçar o papel que cabe a cada cidadão na criação de comunidades mais resilientes a catástrofes.
Decorreu ainda, neste âmbito, uma simulação junto dos mais novos, onde foi promovido um simulacro de sismo, seguido de incêndio na escola secundária de Montemor-Novo, com o objetivo de testar o plano de emergência interno da escola. Com esta iniciativa, pretendeu-se perceber se todos os colaboradores no exercício, têm conhecimento de qual a sua missão na estrutura de segurança, se todos conhecem o plano de evacuação, bem como, se até a funcionária que der o alerta, saberá como conduzir uma chamada para o 112, conseguindo transmitir todos os dados necessários.

Apresentação da 41ª Volta ao Alentejo

Foi o senhor Presidente que voltou a intervir para dar conhecimento que no dia 27 de fevereiro, foi apresentada no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Faria, em Montemor-Novo, a 41ª Volta ao Alentejo em Bicicleta, que é uma propriedade da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central - CIMAC, e organizada pela Podium Events, sob a égide da UVP, da Federação Portuguesa de Ciclismo e da União Ciclista Internacional.
A cerimónia, contou na mesa do evento, com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, o Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMAC, Carlos Pinto Sá, o Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo, Delmino Pereira, o Diretor da 41ª Volta ao Alentejo e Diretor da Podium, Joaquim Gomes, o Presidente do Crédito Agrícola da Costa Azul, Rui Gomes, o Vice-Presidente da Entidade Regional Turismo do Alentejo, Pedro Beato, e o Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, António José Brito. Numa sala que esteve cheia, com comunicação social, com representantes das Forças de Segurança, com autarquias e forças políticas, também marcou presença o Sr. Vereador do Pelouro do Desporto, António Pinto Xavier.
Foi o senhor Presidente da Câmara o primeiro a usar da palavra, na abertura do evento, para referir que, a Volta ao Alentejo em Bicicleta é o maior evento desportivo realizado anualmente, nesta região e que teve o orgulho e a honra de destacar dois montemorenses, que muito contribuíram, cada qual na sua área, para o sucesso da Volta ao Alentejo - José Vicente Grulha, que foi um elemento imprescindível quando a Alentejana era organizada pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, e também o Ciborense Fernando Emílio, grande referência do jornalismo desportivo em Portugal e um verdadeiro embaixador da volta ao Alentejo.
Nos cinco dias de competição, que decorrem entre 20 a 24 de março, serão percorridos 852 km, que vão trazer animação e colorido às localidades estradas alentejanas, e na última etapa, que vai unir Nisa a Évora, dá-se a passagem pelo Concelho de Montemor-Novo, com os ciclistas homenagearem o Fernando Emílio e a passarem pelo Ciborro, antes de rumarem à cidade de Montemor-Novo e de terminarem a etapa em Évora.
A concluir, o senhor Presidente disse, que foi com grande orgulho que esteve presente nesta apresentação e nesta homenagem também ao Fernando Emílio.

Apresentação de Parabéns – João Narigueta e Miguel Dominguinhos

Prosseguindo no uso da palavra o senhor Vereador António Xavier, apresentou os parabéns a dois jovens montemorenses, inovadores e destemidos, o João Narigueta e o Miguel Dominguinhos, que viram o seu restaurante "Poda" a ser distinguido com o Bib Gourmand,

pela Guia Michelin 2024, prémio mais que merecido por todo o trabalho espetacular que tem desenvolvido.
E sendo agora assim, existem agora, dois restaurantes de Montemor-o-Novo no Guia Michelin, o que é muito importante para o município com perspetiva que possam também acrescentar mais no futuro.

Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL

Sob a presente epígrafe voltou a intervir o senhor Vereador António Xavier para agradecer a toda a equipa da Unidade de Turismo pelo excelente e incansável trabalho, prestado na BTL.
Agradeceu também a todos os intervenientes, e aqueles que ajudaram a promover o concelho nomeadamente as Juntas de Freguesia, a ACLD, o Restaurante "A Ribeira", o Borriscas, a Maria Teresa Meira, a Sílvia Romão, a Tia Dulce, bem como a todos, que durante estes dias passaram pela BTL e puderam dar a conhecer, aos visitantes, o nosso município.
Disse por último, mas também, não menos importante, o agradecimento a todos os que visitaram o stand, passaram a palavra e certamente levaram um pouco de Montemor consigo.
Espera pois, que possam com aquilo que aprenderam e souberam sobre este concelho, possam voltar a visitar e trazer mais turistas a Montemor-o-Novo.

Questões de âmbito Social

Interveio a senhora Vereadora Sílvia Santos para transmitir algumas informações, nomeadamente da área social.
Informou que no dia 27 de fevereiro reuniu o Conselho Local de Ação Social - CLAS, onde foi feita a apresentação do Plano de Garantia para a Infância; foi realizada uma apresentação online pela doutora Nélia Feliciano, que pertence à Equipa de Coordenação Nacional da Garantia para a Infância.
Referiu que foi feita a avaliação das atividades desenvolvidas pelos parceiros da rede social no âmbito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, assim como a discussão e aprovação da proposta de parecer à candidatura a PRR da Associação Obras de São Vicente Paulo - Jardim dos Sentidos, para o alargamento da resposta Creche. Foram ainda passadas informações no que diz respeito ao Projeto Radar Social e ao CLDS 5G.
No âmbito do CLDS 5G, informou que no dia 26 de fevereiro, foi rececionado o convite para o Município manifestar o interesse no desenvolvimento deste projeto no concelho de Montemor. Tendo em conta a população residente no concelho, o montante de financiamento atribuído é de 576 mil euros; Montemor está posicionado na categoria 2, a nível do financiamento, o que irá imputar uma equipa mínima de um coordenador e dois técnicos superiores.
O nosso território foi caracterizado pelo envelhecimento e enquanto território com reconfigurações sociodemográficas acentuadas, assim fomos contemplados com dois eixos: o Eixo 3, que já existia, relacionado com a promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade, e o Eixo 4, que pressupõe o desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção. Neste momento, a Câmara deverá manifestar a sua intenção/ interesse em desenvolver o CLDS 5G, indicando nesta primeira fase apenas o nome e NIF da entidade coordenadora.
Acrescentou ainda a senhora Vereadora Sílvia Santos que dispõem de dez dias úteis após a receção do convite para apresentar uma resposta, no entanto, a resposta obriga, porque a portaria assim o exige, a um parecer obrigatório do CLAS; obriga também a uma deliberação em sede de Reunião de Câmara. Assim sendo foi apresentado um pedido de prorrogação do prazo, por parte do município, para que possam diligenciar todos os procedimentos.
A concluir, deixou uma nota, ainda no âmbito social que se prende com a aquisição de uma viatura elétrica, para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Esta viatura foi adquirida com verba recebida na rúbrica destinada ao funcionamento e instalações, no âmbito

da transferência de competências. Tendo em conta a dimensão do nosso concelho, pretende-se, com esta aquisição, assegurar uma maior rentabilidade, quer no serviço de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias que estão em situação de maior vulnerabilidade, mas sobretudo daquelas que estão em maior isolamento, quer social, quer geográfico.
Na sequência do que foi transmitido pela senhora Vereadora Sílvia Santos, o senhor Vereador Gil Porto questionou em primeiro lugar, relativamente à questão do CLDS, qual é a entidade que está prevista ou que considera convidar, atendendo a que por norma, também existe um prazo, normalmente de 10 dias, para se responder, não havendo será o CLAS a tratar desse contacto e dessa designação.
Por outro lado, questionou também, qual é o valor que está afeto à rúbrica que serviu para adquirir a viatura de apoio ao serviço social. O que está publicado na Base Gov são sensivelmente 34 mil euros, que foi o custo daquela viatura, assim, solicitou informação de qual o valor que está afeto a esta rúbrica.
Tomou então a palavra a senhora Vereadora Sílvia Santos para responder às questões atrás colocadas, dizendo que relativamente à questão do CLDS 5G, neste momento ainda não foi identificada a entidade que irá ficar como coordenadora; existem várias possibilidades, existem ainda várias questões em aberto, por isso é que referiu, aquando da apresentação, que tinham solicitado uma prorrogação do prazo para resposta.
Referiu que esteve na sexta-feira numa sessão de esclarecimento sobre o CLDS 5G, com o Instituto de Segurança Social, em Santarém, e que durante a discussão foi consensual, que 10 dias úteis, não seriam suficientes para realizar uma reunião CLAS e uma reunião de câmara, conforme é exigido.
Referiu que no dia 27 se realizou uma reunião CLAS, que já estava agendada e que nessa mesma reunião, informou os parceiros presentes, e aos que estavam ausentes, foi enviado e-mail, a solicitar que, manifestassem o seu interesse em ser eventualmente entidade coordenadora e executora ou entidade coordenadora ou só entidade executora, pois também há essa possibilidade.
Informou seguidamente que decorrerá no dia de amanhã uma reunião, com todos aqueles que manifestaram interesse no projeto, para analisarem as várias possibilidades.
Posteriormente terá lugar uma reunião CLAS extraordinária onde, será efetivamente definido quem vai ser a entidade coordenadora. É essa a informação que terá que ser enviada ao ISS: o nome da entidade coordenadora.
Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador Gil Porto tendo dito que basicamente é semelhante à questão anterior, relativamente aos dez dias, no entanto persiste-lhes algumas dúvidas sobre ser o município a entidade coordenadora, do ponto de vista até da sua disponibilidade, do ponto de vista dos serviços, mais um projeto destas características, que tem uma ocupação quase a tempo inteiro, o que é sempre um problema grande, além do aspeto financeiro, que prevê o adiantamento de 576 mil euros, que é importante capacitar as associações locais.
Disse depois, se eventualmente for o município a assumir aquelas funções, deixa-o algo preocupado, porém disse compreender, essa situação, em termos de opção.
Salientou que não concorda com essa questão de ser o Município o coordenador, no entanto havendo essa possibilidade de em CLAS se poder definir, e imagino que estejam a falar com as instituições que eventualmente têm a capacidade de assumir um projeto destas características, também se deve chegar aqui a algum acordo e algum avanço, tal como sempre se tem conseguido.
Disse acreditar que, tal como foi importante anteriormente para a Associação Terras Dentro ou para a Associação "O Sobreiro" a capacitação destas instituições e mesmo até podendo aqui ajudar do ponto de vista financeiro, de algum modo, alguma instituição destas características que tem sempre dificuldade, seria mais proveitoso, mas também deixo obviamente esta questão para a gestão neste caso da senhora Vereadora.

A senhora Vereadora Sílvia Santos retomou a palavra para acrescentar que não é intenção do Município ser entidade coordenadora. Aliás, foi uma das questões que colocou na sessão de esclarecimento; é que neste momento e com outras candidaturas a decorrer e outros projetos que já existem, seria muito difícil a Câmara Municipal ser a entidade coordenadora. Teria que, existir uma pessoa em regime de exclusividade como coordenador a 100%, o que implicaria, até em termos de mapa pessoal alterações; implicaria uma reunião de câmara, outra da Assembleia Municipal, como tal não é essa a intenção do Município.
O que efetivamente transmitiu é que existe essa possibilidade, porque o CLDS 5G assim permite, que seja a Câmara Municipal ou outra entidade.
Foi neste sentido que apresentou logo, nessa reunião CLAS a intenção do Município perante os presentes e a todos os outros, via email, para aferir da disponibilidade dos parceiros.
Disse que quem lê a portaria, percebe que existe uma nuance diferente, ou seja, se for uma entidade a comparticipação é de 100%; se for um município é de 85%; desta forma, teria que entrar 15% através do orçamento municipal.
Portanto, é seu entendimento que, quem elabora e lança este tipo de candidatura também o fez no sentido de dar a possibilidade a outras entidades.
Acrescentou a senhora Vereadora que, o que está em causa são as hipóteses que o CLDS 5G abre. A intenção do Município é que exista uma entidade coordenadora, terá sempre que ser só uma, embora tenhamos dois eixos, mas há diferentes variantes: pode ser uma entidade coordenadora com os dois eixos - executora dos dois eixos; pode ser uma entidade coordenadora só com um eixo como executora; pode ser uma entidade coordenadora que não execute e que seja outra entidade para executar. Há várias hipóteses. Foi nesse sentido que a senhora Vereadora prestou a informação.
Relativamente à viatura para o serviço SAAS, informou que a verba para Instalações e funcionamento é de 123.222,72€; é esse o valor que vem na transferência de competências da ação social para essa rubrica. O total recebido no ano de 2023 são 202.772€; o valor que vem para recursos humanos é de cerca de 31 mil euros para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; existe uma verba que é transferida para apoios eventuais, que também sofreu um aumento considerável, depois do acerto relativo ao acordo setorial entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, no valor de 19.600€. Vem também uma verba para o RSI, também para recursos humanos, de cerca de 29.200€ e para instalações e funcionamentos, cerca de 123 mil euros, como já referiu.
Destes 123 mil euros, no ano de 2023, foi gasta uma parte da verba com o contrato de arrendamento para o espaço onde funciona o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e outra parte para a viatura; para a aquisição desta viatura elétrica.
A senhora Vereadora acrescentou que estes 202 mil euros foram mais do que suficientes. Existe um saldo positivo de cerca de 76 mil euros ao nível da verba que é transferida em termos do fundo de financiamento, para as competências da ação social.
O senhor Vereador Gil Porto voltou ao uso da palavra para solicitar que possam partilhar as contas referidas pela senhora Vereadora Sílvia Santos.
Disse ter conhecimento de que existe uma parte que é transferida para a Santa Casa de Misericórdia, no âmbito da disponibilização, disse não ter ficado esclarecido de quanto é que foi pago de renda do edifício, mais a transferência, mais os custos inerentes e quanto é que excedeu por forma a adquirir a viatura, e se foi adquirida com verbas de 2023.
A senhora Vereadora Sílvia Santos acrescentou ainda que, do valor que vem em termos de recursos humanos para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, um terço desse valor é para pagar o vencimento da nossa coordenadora, porque a coordenadora deste serviço é do município.
Como tal, existe uma coordenadora do município para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, serviço esse que foi delegado na Santa Casa da Misericórdia.
Informou ainda que todos os contratos e protocolos foram presentes a Reunião de Câmara.

Festa do Teatro

Sob a presente epígrafe tomou da palavra o senhor Vereador Henrique Lopes para transmitir que deu início no passado dia 2 de março, a Festa do Teatro, com um espetáculo no Cine Teatro Curvo Semedo, através da Oficina do Teatro, um espetáculo comemorativo do projeto 10 Anos Juntos, com uma sala praticamente lotada, numa organização do município e do projeto Ruínas, considerou que se tratou de um momento bastante significativo.
Neste contexto, da Festa do Teatro, que irá ter o seu trajeto até o próximo dia 6 de Abril, com uma programação diversificada que já está amplamente exposta, nas redes sociais, mas também em formato de papel.
Este espetáculo com a Oficina do Teatro, a Oficina do Canto, e a Escola de Ballet, foi muito participado, perspetivando-se que também, que ele próprio seja mobilizador e motivador, possivelmente de futuros atores, atrizes, dramaturgos, encenadores, até técnicos, luminotécnicos e outras variáveis ligadas às artes de espetáculo.
Disse esperar que também esta Festa do Teatro sirva para Montemor, poder produzir algumas pessoas que possam, de alguma forma, estar relacionadas com este tipo de movimentação artística e, portanto, foi um momento importante e convidou todos os interessados a participarem e a assistirem à Festa do Teatro face à sua importância.
Considerou que o Teatro é uma forma de arte por excelência, com uma dimensão direta com o público e com alguma afetividade que provavelmente, nem todas as artes o conseguem ter, algumas mais diretas, outras mais indiretas, mas o teatro tem isto, tem esta capacidade também, de explorar esta relação com o espaço e com o público que está do outro lado.
Acrescentou a concluir que, irão estar as estruturas ligadas à ADGArtes, Projeto Ruínas, a Trimagisto, a Alma de Arame, o Espaço do Tempo, mas também é importante não esquecer as estruturas de caráter amador como a Universidade Sénior e a Teatron que irá realizar um festival dentro da Festa do Teatro, que é o Festival Conta Regra.

103º Aniversário do PCP

Foi o senhor Vereador António Pinetra que interveio seguidamente para apresentar uma Saudação ao 103º aniversário do PCP - Partido Comunista Português, que faz hoje 103 anos de existência, saudou todos os seus militantes que ao longo dos anos têm proporcionado e lutado, junto de todos os trabalhadores e das classes mais desfavorecidas pelas várias conquistas, tanto no tempo da ditadura como após o 25 de Abril.
Considerou tratar-se de uma força importante na consolidação de algumas das situações que se conseguiram para os trabalhadores, assim como também algumas que foram sendo retiradas e que depois voltaram a ser repostas, também com a importância daquilo que foi a intervenção do Partido Comunista Português na vida do nosso país, que sempre esteve junto dos trabalhadores, a lutar pela defesa, do que são as suas posições.
Trata-se de um partido que continua a ser importante na vida democrática de Portugal, cada vez mais reconhecido por algumas figuras, que nas suas intervenções, transmitem, que se trata de um partido necessário, ao dia a dia dos trabalhadores deste país.
Interveio depois o senhor Vereador Gil Porto para subscrever a intervenção do seu antecessor, relativamente ao aniversário do PCP que hoje completa 103 anos.
Tomou seguidamente a palavra o senhor Presidente para, em nome do Partido Socialista de Montemor-Novo, endereçar os parabéns ao Partido Comunista Português, pelos seus 103 anos de vida, pelo seu trabalho, mais de um século no combate ao antigo regime e também pela sua importância para a democracia portuguesa.

Quarta edição do PAR

Foi o senhor Vereador Henrique Lopes que seguidamente usou da palavra para transmitir que nos passados dias 28 e dia 29, o Agrupamento de Escolas Montemor-Novo, foi convidado pelo IAVE, por indicação da DGESTE, que tem a ver com os relatórios de avaliação com as provas de aferição, a participar na quarta edição do PAR, que é um projeto de acompanhamento de escolas, na análise e utilização dos resultados da avaliação externa e, em particular, dos relatórios das provas de aferição, o RIPERS, que são os relatórios individuais de cada aluno e os REPARS de escola e também de turma.
Com este PAR, pretendeu-se efetuar a melhoria do processo e do sucesso educativo, pretendeu-se também proceder a uma avaliação dos relatórios do IAVE, com o fim de se poder melhorar a sua adequação às necessidades de cada uma das escolas, dos professores, alunos e encarregados de educação.
O IAVE efetuou um conjunto de sessões de acompanhamento nos 16 Agrupamentos de Escolas, não agrupadas a nível nacional, no Alentejo, esteve Montemor-Novo e Alcácer do Sal.
Em Montemor decorreram dois dias de trabalho, nos dias 28 e 29 de fevereiro com mesas redondas, com docentes, alunos e encarregados de educação.
Teve lugar uma sessão de abertura, da classificação e relatórios e também uma apresentação dos resultados das respetivas escolas.
Prosseguindo no uso da palavra, o senhor Vereador Henrique Lopes, informou que no dia 1 de março, com a presença do Sr. Ministro, que assistiu, conjuntamente com todos os Diretores de Agrupamentos de Escolas do Alentejo, a um olhar sobre a pertinência deste PAR 4, um projeto em torno dos relatórios de avaliação externa, de que forma podem contribuir as provas de aferição para a melhoria dos resultados dos próprios estudantes, tendo em conta os seus ritmos de aprendizagem, a realidade de cada um dos territórios e também a relação mais integral entre a escola e a própria comunidade.
O senhor Vereador Henrique Lopes considerou um momento importante, que contou com a presença do senhor Ministro e com a equipa dirigente do IAVE , e da pertinência também deste projeto e da utilização dos relatórios da avaliação externa e das provas de aferição.
A concluir o senhor Vereador explicou que o IAVE, é um instituto de avaliação educativa, na atual arquitetura escolar que existe.
Tomou seguidamente da palavra o senhor Vereador Gil Porto para se reportar à intervenção do seu antecessor questionado quem foi o responsável pela organização da iniciativa do dia 1 de março na Biblioteca Municipal.
Ao que o senhor Vereador Henrique Lopes respondeu, que foi a DGESTE, e quem liderou a sessão foi a Senhora Delegada Regional, o Agrupamento foi apenas convidado a estar presente.
Informou que esteve presente nesta iniciativa juntamente com o senhor Presidente da Câmara.
Interveio agora o senhor Presidente tendo dito que, o Agrupamento questionou a Câmara Municipal sobre a possibilidade do evento decorrer em Montemor-o-Novo, o que foi respondido afirmativamente.
O evento contou com mais de 30 agrupamentos de escola, Montemor-o-Novo, apenas acolheu o evento, ou seja, disponibilizou as instalações para o efeito.
O Senhor Vereador Gil Porto disse, ter apresentado a questão, porque foi questionado por duas Associações de Pais, relativamente ao facto de não terem sido convidados a estar presentes.
Desta forma, é perceber a quem devem exatamente colocar a questão, após o evento ter acontecido.
Assim sendo, acrescentou, se o município apenas acolheu esta iniciativa do ponto de vista de cedência de espaço, não deverá ser ao município, que se coloca a questão, mas sim à entidade que geriu a iniciativa.
Ao que o senhor Presidente esclareceu que foi a DGESTE, reafirmou que o Agrupamento de Escolas apenas foi convidado.
O senhor Vereador Gil Porto questionou o senhor Vereador Henrique Lopes, qual foi a conclusão dos trabalhos.

Ao que o senhor Vereador Henrique Lopes respondeu que esteve apenas na sessão de abertura, atendendo a que tinha outros compromissos assumidos, como tal não esteve presente até ao final da sessão e neste sentido solicitou também o envio das conclusões dos trabalhos, que posteriormente deles dará conhecimento.
Ainda no uso da palavra o senhor Vereador Henrique Lopes, considerou que no dia 1 de março, foi importante a presença do senhor Ministro, trata-se de uma pessoa sensível, com uma visão humanista muito concreta do ensino e foi essa visão que transmitiu na abertura da sessão.
Terminou dizendo que, existe um olhar sobre a avaliação e sobre as aprendizagens de uma forma diferenciadora, tendo em conta as metas da aprendizagem, mas não esquecendo também aquilo que é a realidade de cada um do aluno.
De novo no uso da palavra, o senhor Vereador Gil Porto referiu que da intervenção anterior do Vereador Henrique Lopes, apenas tem a assinalar a presença do Ministro da Educação em Montemor-o-Novo nesta fase, em que estamos em pré-eleições e com uma elevada carga de campanha política inerente.

Ordem de Trabalhos

1. GABINETE DE APOIO À PRESIDENCIA E VEREAÇÃO

No primeiro ponto da ordem de trabalhos foi o senhor Presidente que interveio para apresentar a seguinte proposta:

A) Encarregado de Proteção de Dados

"Considerando que o Regulamento (EU) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, também designado como Regime Geral sobre a Proteção de Dados, vulgo RGPD, consagra nos seus artigos 37.º a 39.º, a figura do encarregado da proteção de dados, exigindo-a sempre que o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou organismo público.
Nesse sentido, o Município de Montemor-o-Novo deu cumprimento à alínea a), do n.º 1, do art.º 37.º do RGPD, tendo procedido à nomeação do Técnico Superior, Dr. José Carlos Prates. No entanto, em virtude de o Município de Montemor-o-Novo ter manifestado interesse num procedimento conjunto liderado pela CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) para o fornecimento de serviços de Encarregado de Proteção de Dados, foram tais serviços contratualizados com a consultora Índice ICT & Management, Lda., com efeitos a partir de 01 de fevereiro, sendo certo que tal informação apenas foi do conhecimento do Município no dia 31/01/2024.
Nesse sentido, no cumprimento contratual assumido pelo Município e também de modo a que o técnico superior anteriormente nomeado como Encarregado da Proteção de Dados possa canalizar o seu trabalho para as funções que desenvolve no seu serviço, o Município procedeu à sua exoneração e, nos termos do artigo 37.º, n.º 1, alínea a) e n.º 6 do RGPD, conjugado com o artigo 12.º, n.º 1 e n,º 3, alínea c) da Lei n.º 58/2019, nomeou, como Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Município de Montemor-o-Novo, Hugo Alexandre Lourenço Oliveira, por deter as qualificações profissionais e aptidões necessárias ao desempenho das suas funções.
Assim sendo, nos termos e para os efeitos da alínea c), do n.º 3 do art.º 12.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, na sua atual redação, competindo à Câmara Municipal a nomeação, propõe-se a devida ratificação da nomeação do novo encarregado de proteção de dados, conforme o estatuído no n.º 3, do art.º 164.º do CPA, uma vez que foi premente a sua rápida nomeação"
O senhor Presidente acrescentou que existiu um procedimento conjunto de vários municípios da CIMAC, e inclusive a CIMAC, que passaram esta tarefa árdua de Encarregado de Proteção de Dados para uma consultora, nomeadamente para uma pessoa, com quem reuniram no dia de

ontem e que dará as indicações sobre o que está, a ser muito bem feito e o que está a ser mal feito, por forma a que o Regime de Proteção de Dados, esteja de acordo com o exigido por lei.
Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador Gil Porto para dizer que infelizmente, por falecimento do técnico que era Encarregado da Proteção de Dados, Dr. Vitor Badalinho, foi nomeado um trabalhador do município, José Carlos Pratos, em meados do ano passado.
Há uma manifestação de interesse num procedimento conjunto no âmbito da CIMAC, para este trabalho, o qual se pode concordar ou discordar, relativamente a esta matéria, mas é uma opção de gestão, é dado conhecimento, pelo que se percebe aqui nesta proposta, no dia 31 de janeiro, com efeitos a partir do dia 1 de fevereiro. Foi transmitido que o trabalhador José Pratos pode ficar dedicado às suas tarefas que tem no seu dia a dia e, portanto, desta forma até liberta-se este trabalhador. Este despacho é assinado pelo Presidente da Câmara Municipal no dia 5 de Fevereiro e é apresentado em reunião de Câmara a 6 de Março.
Perante o resumo que fez do documento, disse não conseguir compreender, porque é que no dia 31 de janeiro há uma comunicação e compreende que seja comunicado, e no dia 1 de Fevereiro tem que obrigatoriamente avançar com esta alteração. E não compreende, e duvida que em algum momento esteja escrito, ou assinado, ou o que for, que é obrigatório e vinculativo que no dia 1 de fevereiro se inicie esta prestação de serviços, que é o que aqui está. Mesmo que se tivesse que suportar este valor, dar tempo para não haver ratificação de uma competência da Câmara Municipal, seria o suficiente para levar à reunião de Câmara seguinte. Acrescentou que, nesta situação o que contesta é, novamente existe um espaço para ratificar, e ao que lhe parece sem necessidade, porque não há aqui urgência nenhuma neste processo.
Reportou-se à reunião que correu com o Encarregado da Proteção de Dados, existiu tempo suficiente, decorreram duas reuniões de Câmara para trás, onde poderia ser apresentado para deliberação e não para ratificação.
Como tal parece-lhe que é um processo que, como está apresentado, o qual não merece a sua concordância, por se tratar de uma nova ratificação, novamente mais uma confusão de procedimentos que não se consegue perceber, e nessa dúvida não consegue concordar com esta proposta apresentada, não com a mudança do Encarregado de Proteção de Dados, que até compreende, por se tratar de uma tarefa pouco apelativa que dificilmente alguém a gostará de executar, face à sua complexidade e burocracia, com leituras que têm que ser avaliadas e decididas.
Poder-se-á chegar à concordância que realmente um jurista deve tratar do seu trabalho de jurista, que foi por isso que foi contratado, mas também alguém o nomeou para este efeito.
Reafirmou não compreender novamente este "atropelo" e era este comentário que pretendia fazer, não pela razão da substituição, mas pela forma como a proposta está apresentada para ratificação um mês depois e sem haver, do que depreende, nenhum aspeto vinculativo para assumir este procedimento no dia 1 de fevereiro.
Foi o senhor Presidente que retomou a palavra para salientar que, em seu entender ninguém gostaria de ter esta tarefa, com esta complexidade, e que convém estar com alguém que tenha vários municípios sob a sua responsabilidade e que consiga trazer exemplos melhores para o nosso município e consiga executar bem esta tarefa, a qual se está a aprender dia a dia e não se tem qualquer experiência nesta área.
Esta ratificação é presente a reunião de Câmara, porque tem a ver com os prazos e procedimentos da CIMAC, no entanto, o despacho foi a 5 de Fevereiro, podia ter sido presente, eventualmente a 21 de Fevereiro, tal não aconteceu e foi então presente na reunião de Câmara seguinte.
Trata-se de procedimentos conjuntos da CIMAC, em que não está só o município de Montemor-o-Novo, estão vários, e inclusivamente a própria CIMAC também vai ter o mesmo responsável pela proteção de dados.
Considerou tratar-se de uma situação que lhe parece não ser muito problemática.
Retomou a palavra o senhor Vereador Gil Porto para dizer que efetivamente por não ser uma situação de grande problemática, que estranham esta forma de procedimento.

Reafirmou que no dia 31 foi uma quarta-feira, os documentos para a reunião de Câmara têm que estar preparados até quinta-feira, entretanto a pessoa entrou ao serviço, no dia 1 de fevereiro. Portanto, a reunião de câmara foi no dia 7.
O que se coloca não é contra a questão da substituição, antes pelo contrário, disse compreender, que uma consultora a este nível, pode dar aqui apoio, do ponto de vista da especialização, trata-se de uma função altamente especializado, sem qualquer tipo de dúvida.
Reafirmou que toda a lógica que está patente nesta proposta é estranha, só ser presente a reunião de Câmara um mês depois, podendo ter sido presente muito antes, aliás, poderia ter vindo ainda antes sem ser para ratificação.
Ora, prosseguiu, ratificar uma questão na segunda-feira e no dia 7 e na quarta ter lugar a reunião de Câmara, continuam a achar que não é o ideal, não é aquilo que todos aqui deveriam defender.
Desejou a este novo consultor do município, que tenha aqui um trabalho célere, que possa contribuir para o bom funcionamento do município.
O senhor Presidente respondeu dizendo que o senhor Vereador Gil Porto já esteve em funções de Vereador a Tempo Inteiro e sabe que o trabalho dos eleitos é trabalharem no sentido de a Câmara prosseguir em frente, e estas situações, com menos importância, têm que seguir para a frente.
Não se pode esperar a realização de uma reunião de Câmara para decidir uma questão, que envolve vários municípios e a própria CIMAC e fazer o procedimento de estar à espera pelo município de Montemor-Novo, ter que apresentar em reunião de Câmara.
Vem para a ratificação, manifestou a sua opinião, a qual foi percebida, desta forma, o ponto está presente para ratificação.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três votos favoráveis dos eleitos do PS, um voto favorável do eleito da Coligação CDS/PSD e três votos contra dos eleitos da CDU, aprovar a ratificação proposta.
Os eleitos da CDU apresentaram a seguinte proposta:
Esta proposta apresentada para ratificação é uma confusão de procedimentos. Uma alteração do Encarregado de Proteção de Dados feita, entre pouco tempo, e que é apresentada para ratificação em sede de reunião de Câmara, após o mês do despacho ser assinado e distribuído, nota falta de acompanhamento dos procedimentos.
Pela forma como esta proposta é apresentada, os eleitos da CDU votam contra a mesma.

2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Prosseguindo no uso da palavra o senhor Presidente colocou à consideração dos presentes o documento que abaixo se transcreve:

A) Parecer sobre pedidos de Autorização para Ações de (Re) Arborização

"Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho na sua atual redação, as ações de arborização e rearborização não abrangidas pelo disposto no número anterior estão sujeitas a autorização dos municípios da área territorial que disponham de gabinete técnico florestal. Face ao exposto, solicitou o ICNF a emissão da autorização prévia para a arborização com cipreste comum (2,63ha) e pinheiro manso (18,98ha) na Herdade do Freixo Poente, freguesia de Foros de Vale de Figueira, concelho de Montemor-o-Novo. Adicionalmente, e no âmbito das competências da Câmara Municipal, foi também solicitada informação quanto às condicionantes legais aplicáveis, nomeadamente no PMDFCI.
Face ao exposto, segue o parecer e cartografia em anexo à presente comunicação, para submeter a aprovação e posteriormente, a sua disponibilização na plataforma."
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por p maioria com três votos favoráveis dos eleitos do PS, um voto favorável do eleito da Coligação CDS/PSD e três votos contra dos eleitos da CDU autorizar a (Re) Arborização solicitada.

3. GABINETE DAS ASSOCIAÇÕES

Retomando a palavra o senhor Presidente apresentou as alíneas constantes do ponto 3.

A) Proposta de Atribuição de Subsídio a Alunos Carenciados /Associação de Pais da E.B.1 de Foros de Vale de Figueira – janeiro de 2024

"O Município de Montemor–o-Novo considera que o acesso à cultura, ao desporto e ação social um direito fundamental de todos os cidadãos pelo que, desde há muitos anos, promove políticas municipais com intuito de concretizar esse direito de cidadania no concelho de Montemor-o-Novo.
O Município de Montemor–o-Novo assume que lhe compete um papel determinante na criação de condições ao exercício pelos cidadãos montemorenses de atividades nas suas múltiplas vertentes. Esse papel traduz-se, nomeadamente, na criação, financiamento e funcionamento de infraestruturas destinadas a atividades culturais, desportivas e sociais.
Com o objetivo de apoiar as famílias com dificuldades socioeconómicas, através de uma política de maior intervenção e participação e atendendo às atuais competências dos municípios, no domínio da ação social escolar, foi aprovada em Reunião de Câmara de 23 de dezembro de 2008 uma adenda ao protocolo de funcionamento do Centro Lúdico. Nesse sentido, com base no ponto 2 do artigo 5º da referida adenda, vimos pela presente propor a consideração superior que seja atribuído um apoio no valor de 620,00 € (Seiscentos e Vinte Euros - PAM 2023/A/5) à Associação de Pais da Escola E.B. 1 de Foros de Vale Figueira, referente aos alunos carenciados do mês de janeiro de 2024
- 12 crianças do Escalão A + 7 crianças do Escalão B = 620,00 €"
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar atribuir um apoio no valor de 620,00 €, à Associação de Pais da Escola E.B. 1 de Foros de Vale Figueira, referente aos alunos carenciados do mês de janeiro de 2024.

B) Proposta de Atribuição de Subsídio a Alunos Carenciados /Associação de Solidariedade Social de Silveiras- janeiro 2024

O Município de Montemor–o-Novo considera que o acesso à cultura, ao desporto e ação social um direito fundamental de todos os cidadãos pelo que, desde há muitos anos, promove políticas municipais com intuito de concretizar esse direito de cidadania no concelho de Montemor-o-Novo.
O Município de Montemor–o-Novo assume que lhe compete um papel determinante na criação de condições ao exercício pelos cidadãos montemorenses de atividades nas suas múltiplas vertentes. Esse papel traduz-se, nomeadamente, na criação, financiamento e funcionamento de infraestruturas destinadas a atividades culturais, desportivas e sociais.
Com o objetivo de apoiar as famílias com dificuldades socioeconómicas, através de uma política de maior intervenção e participação e atendendo às atuais competências dos municípios, no domínio da ação social escolar, foi aprovado em Reunião de Câmara de 8 de setembro de 2021 um protocolo de funcionamento do Centro Lúdico. Nesse sentido, com base na alínea d) da cláusula 4 do referido Protocolo, vimos pela presente propor a consideração superior que seja atribuído um apoio no valor de 120,00 € (Cento e Vinte Euros - PAM 2023/A/5) à Associação de Solidariedade Social de Silveiras, referente aos alunos carenciados do mês de janeiro de 2024:
- 3 crianças do Escalão A = 120 €

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um apoio no valor de 120,00 € à Associação de Solidariedade Social de Silveiras, referente aos alunos carenciados do mês de janeiro de 2024.

C) Proposta de Atribuição de Subsídio a Alunos Carenciados /Associação de Pais da E.B.1 Nº1 de Montemor-o-Novo – janeiro 2024

O Município de Montemor–o-Novo considera que o acesso à cultura, ao desporto e ação social um direito fundamental de todos os cidadãos pelo que, desde há muitos anos, promove políticas municipais com intuito de concretizar esse direito de cidadania no concelho de Montemor-o-Novo.

O Município de Montemor–o-Novo assume que lhe compete um papel determinante na criação de condições ao exercício pelos cidadãos montemorenses de atividades nas suas múltiplas vertentes. Esse papel traduz-se, nomeadamente, na criação, financiamento e funcionamento de infraestruturas destinadas a atividades culturais, desportivas e sociais.

Com o objetivo de apoiar as famílias com dificuldades socioeconómicas, através de uma política de maior intervenção e participação e atendendo às atuais competências dos municípios, no domínio da ação social escolar, foi aprovado em Reunião de Câmara de 25 de janeiro de 2023 um protocolo de funcionamento do Centro Lúdico "Saber Crescer". Nesse sentido, com base na alínea d) da cláusula 4 do referido Protocolo, vimos pela presente propor a consideração superior que seja atribuído um apoio no valor de 1.200,00 € (Mil e Duzentos Euros – PAM 2023/A/5) à Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola do 1º Ciclo Nº1 de Montemor-o-Novo (NIPC: 503853917), referente aos alunos carenciados do mês de janeiro de 2024:

- 16 crianças do Escalão A x 50 € = 800 €

- 16 crianças do Escalão B x 25 € = 400 €

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um apoio no valor de 1.200,00 €, à Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola do 1º Ciclo Nº1 de Montemor-o-Novo, referente aos alunos carenciados do mês de janeiro de 2024

D) Proposta de Atribuição de Subsídio à Casa do Povo da Cabrela – Setembro a dezembro de 2023

"No âmbito da alínea u) do artigo 33 da lei 75/2013 (regime jurídico das autarquias locais que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e a aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), publicado no Diário da República a 12 de setembro de 2013, propomos a consideração superior a atribuição à Casa do Povo de Cabrela de um apoio às aulas de música, referente aos meses de setembro a dezembro de 2023, no valor total de 1.870 € (Mil Oitocentos e Setenta Euros - PAM 2023/A/3) de acordo com as tabelas mensais enviadas pela entidade e abaixo sintetizada.

Mês de setembro de 2023
Alunos sem comparticipação Mensal

Nº Alunos	*Subsídio Atribuído p/ aluno*	*Total*
49	*10,00€*	*490,00€*

Mês de outubro de 2023
Alunos sem comparticipação Mensal

Nº Alunos	*Subsídio Atribuído p/ aluno*	*Total*

49	10,00€	490,00€

Mês de novembro 2023
Alunos sem comparticipação Mensal

Nº Alunos	Subsídio Atribuído p/ aluno	Total
46	10,00€	460,00€

Mês de dezembro 2023
Alunos sem comparticipação Mensal

Nº Alunos	Subsídio Atribuído p/ aluno	Total
46	10,00 €	460,00 €

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio à Escola de Música da Casa do Povo de Cabrela, no valor de 1.870,00€, para apoio às aulas de música.

4. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

De volta ao uso da palavra o senhor Presidente colocou à consideração do restante Executivo, as propostas que abaixo se transcrevem:

A) Apreciação Financeira
A Câmara Municipal tomou conhecimento dos documentos apresentados.

B) Empreitada - Remodelação e Ampliação do Jardim de Infância n.º 1 de Montemor-o-Novo (OPERAÇÃO N.º ALT20-02-5673-FEDER-000088-REQUALIFICAÇÃO JI N.º 1 MONTEMOR) – Contrato n.º 42/2021 –Aprovação de supressão de trabalhos e da minuta do sexto adicional ao contrato

"Submete-se à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar, Câmara Municipal, a supressão de trabalhos referentes à empreitada indicada no assunto, contrato n.º 42/2021-OP, nos termos propostos pela DAOOAS na comunicação n.º 592/2024 e documento anexo, bem como a minuta do 6.º adicional ao contrato n.º 42/2021-OP."
O senhor Presidente acrescentou que este suprimento de trabalhos tem o valor total de 64.593,61 euros e representa 18,08% do valor total da adjudicação. Esta supressão de trabalhos teve origem na desadequação do projeto de execução às situações reais do edificado e também alterações cedidas pelo dono da obra, pela Câmara Municipal, no decurso da empreitada.
Sobre a matéria em apreço pronunciou-se o senhor Vereador António Pinetra tendo dito que se continua a gerir estas questões todas, da mesma forma como se geriam, e em relação a todo o espanto que era apresentado anteriormente, decorridos mais de dois anos, continua-se na mesma posição. Porém transmitiu que nada tem a opor às contas, é por uma questão de posição em relação a este tipo de documentos e este tipo de assuntos que recorrentemente são presentes a reunião de Câmara.
Disse, que desta forma mantêm a sua posição de voto contra.
O senhor Presidente transmitiu seguidamente que a Câmara Municipal está a trabalhar na resolução destes problemas, que são realmente problemas para o município, e algumas reuniões têm sido feitas no sentido no sentido de terminar com estes hábitos antigos que se arrastam há longa data.

Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, e ficam apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

C) Concurso Público nº 03/2022 – Empreitada – "Instalação de Relvado Sintético no Campo de Futebol de Fazendas do Cortiço" – Contrato n.º 80/2022-OP – Revisão Ordinária de Preços (provisória)

Submete-se à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar, Câmara Municipal, a revisão ordinária de preços (provisória) referente ao contrato n.º 80/2022-OP, nos termos propostos pela DAOOAS, na comunicação n.º 8509/2023 e documentos anexos.
O senhor Presidente acrescentou que esta revisão de preços provisória tem um valor de 10.915,42 euros e foi calculada de acordo com a fórmula-tipo prevista no contrato e nos termos do Código dos Contratos Públicos.
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, e ficam apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou maioria com quatro votos favoráveis dos eleitos do PS e Coligação CDS/PSD e dois votos contra dos eleitos da CDU, aprovar a proposta apresentada.

D) Denuncia de contrato - Bar do Quiosque do Jardim da Estação

"Na sequência da Hasta Pública n.º 01/2023, para arrendamento não habitacional do "Bar do Quiosque do Jardim da Estação", sito no Largo Machado dos Santos em Montemor-o-Novo, o qual foi adjudicado à empresa "Sem Moengas", Unipessoal Lda. contribuinte n.º 516895737, pertencente a Susana Cristina Crespo Cigarro, por um período inicial de três anos, renovável por iguais períodos até ao máximo de três renovações consecutivas, caso não seja expressamente manifestado o desejo de renúncia no prazo mínimo de seis meses que antecedem o seu termo, por qualquer das partes e que teve o seu início em 20 de março de 2023. Veio agora a arrendatária através da sua comunicação que junto em anexo apresentar a denúncia ao contrato, neste sentido, remete-se a consideração e decisão superior."
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a denuncia de contrato do Bar do Quiosque do Jardim da Estação bem como a dispensa do prazo da referida denúncia.

E) Hasta Pública 01/2024 - Procedimento para Arrendamento do Bar do Quiosque do Jardim da Estação - Peças do Procedimento.

Consideradas as competências da DAGF em matéria de gestão do património municipal, tal como identificadas na atual organização interna de serviços, atenta a evolução da situação relativa ao prédio do "Bar do Quiosque do Jardim da Estação" e observadas as orientações de serviço produzidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal quanto a esta matéria, cabe apresentar a proposta que se passa a detalhar:
a) O denominado "Bar do Quiosque do Jardim da Estação" foi objeto da celebração de um contrato de arrendamento urbano, entretanto resolvido por parte da arrendatária:
b) O imóvel em causa encontra-se por conseguinte devoluto e em condições de ser aproveitado por banda de novos potenciais interessados, deste modo, propõe-se o seguinte:
1. Peças do Procedimento:
1.1. Se proceda à aprovação das peças do procedimento por Hasta Pública 01/2024, em anexo;
2. Direção do Procedimento:
2.1. Que seja designada uma Comissão para a condução e direção do procedimento para a formação do contrato, composta pelos seguintes elementos:

2.2. Membros Efetivos:
Presidente: Dr. ª Anabela Calhau Pires – Chefe de Divisão da DAGF;
1º Vogal: Maria Aurora Gonçalves de Oliveira Corado Barroso – Coordenadora Técnica;
2º Vogal: António Maria Pimenta Lopes – Assistente Técnico;
2.3. Membros Suplentes:
1º Vogal: Beatriz Maria dos Santos de Matos Soares – Assistente Técnica;
2º Vogal: Fernando Manuel Ruas dos Reis – Assistente Técnico
2.4. Que o Presidente da Comissão seja substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo 1º Vogal Efetivo;
2.5. Que sejam delegadas na Comissão a competência de prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos elementos patenteados nas Condições Gerais do Procedimento.
3. Valor Base de Licitação:
3.1. Que o valor base de licitação, a título de renda mensal, seja de € 200,00 (duzentos euros);
3.2. Que se proceda à realização do Ato Público com licitação verbal entre os proponentes a partir do valor da proposta mais elevada ou, se não existir, a partir do valor base anunciado;
3.3. Que o valor mínimo de cada lanço será de € 50,00 (cinquenta euros).
4. Prazo:
4.1. Que o prazo de duração do arrendamento seja de 3 (três) anos, a contar da data da celebração do respetivo contrato, renovável por iguais períodos até ao máximo de três renovações consecutivas, caso não seja expressamente exercida a denúncia no prazo mínimo de três meses que antecedam o seu termo, por qualquer das partes.
5. Condições de Pagamento:
5.1. Que durante o período de vigência do contrato a celebrar o arrendatário pague, mensalmente, a renda no montante que vier a resultar da arrematação, vencendo-se a primeira no momento da celebração do contrato e a subsequentes no início do mês imediatamente anterior àquele a que diga respeito;
5.2. Que o valor da renda referida no número anterior seja anualmente atualizado de acordo com os coeficientes de atualização publicados por Portaria do Governo.
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, e ficam apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade iniciar o procedimento para o Arrendamento do Bar do Quiosque do Jardim da Estação.

5. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Foi o senhor Presidente que voltou a intervir para propor os seguinte documentos:

A) Proposta de Protocolo Local 2024

"Face ao balanço positivo das edições anteriores, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia do Concelho e a Associação Comercial do Distrito de Évora, pretendem dar continuidade ao Protocolo Local.
Enquadrado na atribuição conferida pela alínea m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, o Protocolo Local tem como objetivo unir esforços, para em conjunto com os agentes económicos se realizarem ações de animação e promoção da atividade económica do concelho.
Face ao exposto remete-se proposta de Protocolo Local 2024."
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos à documentação da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

B) Proposta de Normas de Participação Feira da Luz/Expomor 2024

O Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário de Montemor-o-Novo prevê na alínea a) do número 1 do artigo 10.º a realização da Feira da Luz/Expomor no 1.º domingo de setembro. De acordo com o regulamento compete à Câmara Municipal estabelecer o número de espaços de venda e a respetiva disposição no recinto através de procedimento de seleção, que assegura a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e observará os princípios da imparcialidade e transparência, como o sorteio por ato público. Face ao exposto remete-se proposta de Normas de Participação na Feira da Luz/Expomor 2024, a realizar de 28 de agosto a 2 de setembro.
Propõe-se ainda que se mantenham os lugares de feirantes, atribuídos por sorteio realizado em 2022, uma vez que não existem feirantes em lista de espera.
Sobre o assunto em apreço, tomou a palavra o senhor Vereador António Pinetra para transmitir que tem conhecimento que está a decorrer um procedimento para intervenção naquele espaço, desta forma questionou se existe alguma ideia de quando irá ter início a referida intervenção. Questionou ainda, relativamente à questão das melhorias das instalações elétricas e nomeadamente dos quadros elétricos, se existe alguma perspetiva de ser realizado antes da Feira da Luz deste ano, o que lhe parece inviável, atendendo a que iniciar o procedimento e a respetiva obra, será quase impossível.
Ao que o senhor Presidente respondeu que esta intervenção no Parque de Exposições, Mercados e Feiras, que é financiada no PT2030, ainda não tem aviso lançado, como tal tem dúvidas que até à próxima Feira da Luz, se consiga algum investimento no Parque, face à proximidade do evento.
O ano passado decorreu uma intervenção de segurança nos quadros elétricos, será também analisado com o engenheiro eletrotécnico que dá apoio ao município, se com as intervenções que foram realizadas no ano passado, é possível assegurar ainda, a Feira da Luz 2024. Desta forma, não se prevê nos próximos meses, sob o risco de, no decorrer da Feira, estarem a ser realizadas intervenções nos quadros elétricos.
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANISTICA

No presente ponto o senhor Presidente concedeu a palavra à senhora Vereadora Sílvia Santos que apresentou os seguintes processos de licenciamento e requerimentos:

A) Processos de Licenciamento

De: SONIA ALEXANDRA MORAIS SANTOS MACHADO BRANCO, requerendo licenciamento do projeto de legalização de obras de construção no prédio referente a empreendimento de turismo rural na modalidade Casa de Campo localizado em Foros da Amendonça, freguesia de S. Cristovão.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: SONIA DO CARMO CARAPINHA VALE DE GATO, requerendo aditamento à operação do Loteamento Municipal de Lavre sobre o lote 18, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: LÍLIA DE JESUS CORREIA MARTINS ESPADINHA, requerendo aditamento à operação do Loteamento licenciado pelo Alvará de Loteamento n.º 3/008, de 23 de maio de 2008, que incide sobre o lote n.º 1 na Rua 25 de Abril em S. Geraldo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: GREGORY C FRANCIS, requerendo aprovação dos projetos de especialidades e licenciamento da obra de reconstrução e ampliação de habitação, construção de piscina e muro a levar a efeito no prédio denominado por Foros da Tojeira, freguesia de S. Cristovão.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: MARIA JOÃO CABRITA BROTAS, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à legalização, alteração e ampliação de habitação, anexo e construção de muro de vedação a levar a efeito na Rua Dr. João Pascoal Coelho n.º 4, em Silveiras, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: FÁBIO ANDRÉ COUVEIRO FÉLIX APARECIDO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à obra de ampliação de edifício de habitação, construção de garagem e alteração de muro de vedação, a levar a efeito na Rua General Humberto Delgado n.º 21, freguesia de Foros de Vale de Figueira.
Tem parecer da G.U.
(Foi enviado para audiência prévia em 18/07/2023 tendo o requerente se pronunciado em 28/02/2024)
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: PAULO JORGE CALADO VENTURA BARARDO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à obra de construção de habitação unifamiliar e piscina, a levar a efeito na Rua Feliciano Rabaça lote 2-3, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.
Tem parecer da G.U. e C.C.D.R.
Deliberação: O presente processo baixa aos serviços para melhor análise.

De: CUSTÓDIA MARIA DOS SANTOS GIÃO RISSO PINHÃO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura referente à obra de construção de habitação unifamiliar, a levar a efeito na Quinta da Nora, lote 18, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.
Tem parecer da G.U. e C.C.D.R.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: GASIB – SOCIEDADE IBÉRICA DE GÁS LIQUEFEITO, LDA, requerendo aprovação do projeto e licenciamento para a instalação de depósitos de armazenamento de gás de petróleo liquefeito (GPL) com a respetiva rede de distribuição, a levar a efeito na propriedade denominada "Courela de Santa Comba", na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

B) Requerimentos

De: PAULO JORGE CALADO VENTURA BARARDO, requerendo emissão do 4.º aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/91 de 23/01, que titula a operação de loteamento levada a efeito na UPP16 – Zona de Urbanização III, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.
Tem parecer da G.U.
(Ratificação do despacho da Sr.ª Vereadora de 23/02/2024, "Concordo com o parecer dos serviços. Remeta-se a RC para ratificação")
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o processo de acordo com o despacho da senhora Vereadora Sílvia Santos.

De: MARCO PAULO FERNANDES PASCOA, requerendo emissão do aditamento n.º 1 referente à alteração ao Alvará de Loteamento nº 1/2017 de 3/11, com localização na Rua da Liberdade e Rua da Estação em Cortiçadas de Lavre, na União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: DEOLINDA MARIA PINTO, requerendo emissão do aditamento n.º 1 ao Alvará de Loteamento nº 2/2001 de 19/04, com localização na Rua 5 de Outubro, freguesia de Foros de Vale de Figueira.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: ALMA D´ARAME – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, requerendo isenção do pagamento de taxas referente à realização de Espetáculos de Teatro, a realizar no Largo Machado dos Santos n.º 15, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.
Tem parecer da G.U.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o processo de acordo com o parecer dos serviços.

7. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS MUNICIPAIS

Foi o senhor Presidente que retomou a palavra para apresentar as seguintes propostas:

A) Proposta de aprovação da revisão do Projeto de Reutilização do Convento da Saudação

"Submete-se a aprovação a versão Revista do Projeto de Reutilização do Convento da Saudação. Este projeto, coordenado pelo Arquiteto Miguel Viseu Coelho, foi submetido a

procedimento de Revisão de Projeto para cumprimento dos termos do n.º 2 do Artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, resultando um conjunto de alterações às peças técnicas escritas e desenhadas do processo, que agora se submetem a aprovação final, com vista à subsequente tramitação para procedimento de empreitada.

As presentes alterações não têm efeitos no preço base, que se mantém igual à versão anterior, de 6.086.037,57 € (seis milhões e oitenta e seis mil e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos).

Julga-se em condições de aprovação.

Junta-se a seguinte síntese de informação complementar ao processo:

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE A QUEM FOI ADJUDICADA A ELABORAÇÃO DO PROJETO, DATA E VALOR DA ADJUDICAÇÃO:

a) Miguel Viseu Coelho Arquitectos Associados, Lda.;

b) Projeto de alterações adjudicado a 2 de dezembro de 2021;

*c) € 19.820,00 (dezanove mil e oitocentos e vinte euros).**

** Ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.*

2. IDENTIFICAÇÃO NOMINAL DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS E CÓPIA DOS RESPETIVOS TERMOS DE RESPONSABILIDADE:

a) Técnicos responsáveis:

Coordenação, Arquitetura: Miguel Viseu Aurélio Coelho

Estruturas: José Martins do Nascimento

Redes de Águas e Incêndios: Natércia Messias Rodrigues Pereira Miguel Pedro

Redes de Esgotos Domésticos e Pluviais: Natércia Messias Rodrigues Pereira Miguel Pedro

Aquecimento Central e Produção de AQS/Energia Solar/Ventilação: Olandino Zacarias Caliço

Instalações Elétricas: João Francisco Caeiro Cordeiro

Instalações Telecomunicações: João Francisco Caeiro Cordeiro

Segurança Contra Incêndio em Edifícios: João Francisco Caeiro Cordeiro

Condicionamento Térmico: Dimitri Cardoso da Silva

Acompanhamento Arqueológico: Inês Sofia Rosado Simão

Plano de Intervenção e Restauro do Património Integrado: David Teves Reis

Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto: Miguel Viseu Aurélio Coelho

Plano de Acessibilidades: Miguel Viseu Aurélio Coelho

Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição: Lígia Alexandra Menezes Cruz

b) Termos de responsabilidade no projeto.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS QUE COMPÕEM OS PROJETOS, BEM COMO A IDENTIFICAÇÃO DOS ORÇAMENTOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DA REFERIDA OBRA OU INTERVENÇÃO:

a) Composição do projeto:

VOL 1 – ARQUITETURA E ARRANJOS EXTERIORES

VOL 2 – ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES

VOL 3 – REDES DE ÁGUAS E INCÊNDIOS

VOL 4 – REDES DE ESGOTOS DOMÉSTICOS E PLUVIAIS

VOL 5 – AQUECIMENTO AMBIENTE – PROD. AQS INC. ENERGIA SOLAR/VENTILAÇÃO

VOL 6 – IEL – REDES E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETROMECÂNICAS

VOL 7 – ITED – COMUNICAÇÃO E DADOS ICTV

VOL 8 – SEGURANÇA INTEGRADA E CONTRA INCÊNDIOS – SADI

VOL 9 – CONDICIONAMENTO TÉRMICO E ACÚSTICO

VOL 10 – PLANO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

VOL 11 – PSS

VOL 12 – PLANO DE ACESSIBILIDADES

VOL 13 – PPGRCD

VOL 14 – LISTA DE VOLUMES – PEÇAS DESENHADAS/PEÇAS ESCRITAS

VOL 15 – MQT / LPU

VOL 16 – TERMOS DE RESPONSABILIDADE
VOL 17 – ANEXO I: PLANO/PROJETO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO INTEGRADO
VOL 18 – ANEXO II: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
VOL 19 – ANEXO III: ESTUDO GEOTÉCNICO
VOL 20 – ANEXO IV: CONSOLIDAÇÃO ESTRUTURAL
b) Estimativa orçamental: 6.086.037,57 € (seis milhões e oitenta e seis mil e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos)
4. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS QUE EMITIRAM PARECERES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA DPDPM:
a) O presente projeto foi sujeito à apreciação da ANPC, tendo obtido parecer Deferido nos termos a Notificação do CDOS – Évora, de 19-12-2019.
b) O presente projeto foi sujeito à apreciação da DGPC/DRCA, tendo obtido parecer Favorável condicionado nos termos do Ofício n.º DRCALEN-S-2022/583633 (C.S:1592993) de 24/05/2022.
c) O presente projeto foi sujeito a revisão, efetuada pela empresa TUU – Building Design Managment, Lda."
O senhor Vereador António Pinetra tomou a palavra para questionar se os valores apresentados são atualizados, tendo em conta que decorreram dois anos, a acrescer o problema da guerra da Ucrânia que contribui de forma exponencial, para o aumento dos preços.
Ao que o senhor Presidente respondeu que o projeto é o mesmo no entanto a sua revisão está atualizada.
Este é o parecer que já foi presente a reunião de Câmara e foi aprovado em 2022, o qual foi agora revisto, uma revisão mais fina e que levantou um conjunto de questões nas peças processuais, mas que vem a confirmar e validar o valor que estava já no orçamento anterior e que não implica mudanças no valor do investimento. Como tal, trata-se de uma revisão que é datada de há poucos dias e que é presente nesta reunião de Câmara para deliberação, para ser submetido o mais rápido possível, o concurso público internacional, o que se perspetiva que decorra durante o presente mês.
Tomou a palavra o senhor Vereador Gil Porto para afirmar que o que o senhor Presidente explicou, está esclarecido, porém não consta na da proposta, nem a revisão que foi feita, nem quando chegou. Os dados que dispõe são de datas anteriores.
Acrescentou que o que consta do novo é o nome da empresa que fez a revisão, a restante documentação é a que já tinha sido encomendada em 2021 e aprovada em 2022.
Não consta em nenhum lugar, referência a nenhuma alteração.
O senhor Presidente esclareceu que existem alterações de peças processuais apenas, o montante é o mesmo.
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a revisão do Projeto de Reutilização do Convento da Saudação.

B) Proposta de aprovação do Projeto de Beneficiação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC) de Montemor-o-Novo

"Submete-se à aprovação o Projeto de Beneficiação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC) de Montemor-o-Novo.
Este projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia e de instalações de associações zoófilas, tendo por objetivo requalificar as instalações, com

vista a criar melhores condições para a realização de esterilizações e com vista à promoção do bem-estar dos animais alojados.
Estão previstas as seguintes ações:
- *Criação de recinto vedado para estímulo ao exercício físico dos cães, com uma zona de sombra;*
- *Pintura exterior;*
- *Criação de compartimentos autónomos para consultório veterinário e sala de realização de cirurgias;*
- *Criação de espaço para lavagem de animais;*
- *Colocação de claraboias solares no espaço de alojamento de cães;*
- *Instalação de sistema de proteção contra incêndios.*

A intervenção tem custo estimado de 29.990,00 €.
O Projeto de Execução, que agora se submete a aprovação, está conforme com a legislação em vigor e as disposições aplicáveis nos termos da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto. Julgam-se em condições de Aprovação pela Câmara Municipal."
O senhor Presidente acrescentou que a presente proposta do projeto foi elaborada internamente pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Projetos Municipais e foi desenvolvida no âmbito do Programa de Concessão de Incentivos Financeiros para a Construção e Modernização de Centros de Recolha Oficiais de Animais de Companhia. Tem como grande objetivo melhorar as condições para a realização de esterilizações com vista à promoção do bem-estar animal. A intervenção tem um custo estimado de 29 mil e 990 euros e engloba a criação de um recinto vedado para estímulo ao exercício físico dos cães, uma zona de sombra, pintura exterior, criação de compartimentos autónomos para consultório veterinário e sala de realização de cirurgias, criação de espaço para lavagem dos animais, colocação de clarabóias solares no espaço de alojamento de cães, instalação de sistema de proteção contra incêndios. Acrescentou ainda o senhor Presidente que foi feita a candidatura ao aviso do ICNF, foi aprovado o financiamento, foi assinado o termo de aceitação a 12 de dezembro, já deu entrada um valor em 2023 de 17.290 euros, referente à comparticipação do aviso e a Câmara Municipal tem agora um prazo de 4 meses após a assinatura do termo de aceitação para remeter ao ICNF o projeto. O projeto deverá ser executado no prazo máximo de um ano.
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Projeto de Beneficiação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC) de Montemor-o-Novo.

8. DIVISÃO SÓCIOCULTURAL

Em nova intervenção o senhor Presidente, tomou a palavra para apresentara as alíneas constantes do ponto 8.

A) Proposta de abertura de bilheteira para a Festa do Teatro 2024

"No seguimento da programação da Festa do Teatro 2024, a decorrer entre os dias 2 de março e 6 de abril, coloca-se à consideração a abertura de bilheteira dos espetáculos abaixo, pelo valor de 3€ com IVA incluído, sendo possível a aplicação dos seguintes descontos:

Descontos:
- *Jovens, idosos, estudantes e crianças até 12 anos: 50%*
- *Desconto para portadores de Cartão Mor solidário de acordo com o escalão de beneficência do utilizador: 30% a 70%*

Espetáculos a considerar:

- *14 março - "Desumanização" pela Art'Imagem | Cineteatro Curvo Semedo*
- *16 março - "Une Histoire Vraie" pelo GATO SA| Cineteatro Curvo Semedo*
- *17 março - "Em bicos dos pés" pelo Projeto Ruínas | Cineteatro Curvo Semedo*
- *21 março – "Ubu Rei" de Teatro Commune (BR) | Cineteatro Curvo Semedo*
- *22 a 24 março – Espetáculos do Festival Contra Regra | Cineteatro Curvo Semedo*
- *27 de março - "Os protegidos" pelo Teatro Mosca | Cineteatro Curvo Semedo*
- *28, 29, 30 de março - "O Vendedor de Recordações" pela Trimagisto | Ruas da Cidade*
- *30 de março - "Hamlet Cancelado" por Vinícius Piedade (BR) | Cineteatro Curvo Semedo*
- *6 de abril - "Ninguém tem mão neste Sermão" pelo Grupo de Artes de Palco da Universidade Sénior | Cineteatro Curvo Semedo"*

Tomou a palavra o senhor Vereador Gil Porto para questionar se estes valores revertem para as estruturas que co-produzem o mês do Teatro.

Ao que o senhor Presidente respondeu que não, este valor é a receita do município, por forma que, cobrando este montante, o município possa ser ressarcido do IVA também dos custos implicados nestes eventos.

O senhor Presidente disse ainda que as estruturas têm lucros dos espetáculos que venderam ao município, e as Associações de Montemor têm os apoios ordinários ao longo do ano.

O senhor Vereador Gil Porto questionou qual é o valor estimado da bilheteira, relativo aos espetáculos que se prevê realizar.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Henrique Lopes tendo dito que os espetáculos que estão referidos é os que se realizarão no Cine Teatro Curvo Semedo. A exceção foi o espetáculo do dia 2, porque é um espetáculo tal como a Oficina do Canto, à Escola de Ballet, que foi a oficina do teatro, não faria sentido ter também um preço associado, se os outros dois também não têm. Está aqui uma matriz associada àquilo que é uma estrutura do município.

Os espetáculos que decorrem diretamente nos espaços das estruturas, são da sua responsabilidade, os espetáculos que decorrem nas Freguesias são gratuitos, o único espetáculo no Cine Teatro Curvo Semedo, além do espetáculo que decorreu no dia 2, tem que ver com o espetáculo 'Penélope II', que é uma parceria com o Teatro Nacional de D. Maria II, no âmbito da Odisseia Nacional, e manteve-se na sessão das 8h30 o critério de entrada gratuita que já havia sido assumido anteriormente para este projeto.

São estes os espetáculos que são gratuitos, os que decorrerão em contexto de Cine Teatro Curvo Semedo, serão alvo daquele valor associado, atendendo a que ocorrem despesas também associadas, nomeadamente com pessoal e respetivas horas extraordinárias, apesar das receitas auferidas não serem que grande vulto.

Retomou a palavra o senhor Vereador Gil Porto para dizer que o que foi transmitido pelo seu antecessor não corresponde ao que consta da informação, a qual refere os dias 28, 29 e 30 de março, não é no contexto do cinema, mas sim nas ruas.

Questão que o senhor Vereador Henrique Lopes concordou, acrescentado que existe uma exceção que foi o espetáculo da Trimagisto, denominado 'Vendedor de Recordações', que apesar decorrer na rua, situação que foi acordada com a estrutura, tem um kit de audição de apoio ao espetáculo e decorre para um número limitado de pessoas, por sessão, e fruto dessa situação, o preço adjudicado a esse evento, foi acertado com a estrutura.

O senhor Vereador Gil Porto voltou a colocar a questão, não sendo para as estruturas, não se sabe o valor que se prevê receber.

Ainda no uso da palavra, disse seguidamente que tem sempre dificuldade, em perceber que se trate de questões de IVA ou outra situação que seja, relativamente a este tipo de programação. E também não existe grande estratégia relativamente a esta matéria, porque está a ser colocado para ratificação, uma situação que está agendada há um conjunto de meses. Já sabem desde o ano passado que as iniciativas irão decorrer, e voltam a colocar a bilheteira, de um conjunto de espetáculos para ratificação.

Disse não compreender, nem concordar com esta metodologia de trabalho, por um lado não concorda com a forma que bilheteira está a ser apresentada, nem a forma como o documento é presente a reunião de Câmara.
A concluir disse que é manifestamente contra a esta forma de articular com as estruturas e com o público.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três votos favoráveis dos eleitos do PS, e voto favorável do eleito pela Coligação CDS/PSD e dois votos contra dos eleitos da CDU, aprovar a proposta apresentada.

B) Proposta de aprovação de novos topónimos.

"De acordo com a apreciação dos membros da Comissão Municipal de Toponímia reunida a 1 de fevereiro de 2024, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a aprovação dos seguintes topónimos, cujas plantas de localização seguem em anexo:
- Atribuição do topónimo "Alameda do Rossio", ao arruamento entre a rotunda do Rossio e a rotunda da Rua do Matadouro;
- Atribuição do topónimo Rua da Horta de S. Pedro ao arruamento entre a Rua Pelágio Peres e a Horta/Olival de S. Pedro;
- Atribuição do topónimo "Beco do Abadinho" ao arruamento que se inicia na Rua Defensores da Liberdade;
- Atribuição do topónimo Rua 11 de março de 1988" (data da criação da freguesia de Silveiras ao arruamento Norte/Sul do Loteamento de Terrins;
- Atribuição do topónimo "Rua de Terrins" ao arruamento Nascente Poente do Loteamento de Terrins;
- Atribuição do topónimo "Rua Simão Malta" ao troço de arruamento entre a Rua do Matadouro e a Praça Mártires da Liberdade;
- Atribuição do nome "Parque 25 de Abril" ao Parque Urbano;"

1ª proposta – Alameda do Rossio
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o novo topónimo proposto.

2ª proposta – Rua da Horta de São Pedro

Sobre a segunda proposta pronunciou-se o senhor Vereador António Pinetra tendo dito que se trata de uma rua que se situa numa zona traseira de terra batida, como tal não vê a necessidade de já estar a atribuir um nome a esta rua.
Por outro lado, na documentação não existe uma memória descritiva sobre cada uma das questões.
Desta forma deixou esta situação à consideração do restante executivo, reafirmando que não vê necessidade de uma forma precipitada estar a atribuir um topónimo aquela rua.
Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador António Xavier para explicar que se tratou de uma questão de necessidade que foi requerida por um munícipe porque não tem como identificar a sua residência e necessitava de uma rua, e esta é a razão da proposta que se apresenta.
Existe uma série de situações deste género, pelo que terá que se realizar outra reunião para resolução dessas situações.
O senhor Vereador António Pinetra teceu algumas considerações relativamente à localização da rua e às habitações que abrange.

Ao que o senhor Vereador António Xavier respondeu que da interpretação inicial que fez, o traçado abrangeria a vivenda.
Acrescentou que, desta forma, é necessário que a interpretação fique clara, como tal sugeriu que a proposta baixe aos serviços para melhor análise
Deliberação: A proposta apresentada baixou aos serviços para melhor fundamentação.

3ª proposta – Beco do Abadinho
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o novo topónimo proposto.

4ª proposta – Rua 11 de Março
Sobre a 4ª proposta pronunciou-se o senhor Vereador António Pinetra para referir que a Rua em apreço é um beco sem saída e que apenas um topónimo resolveria a situação.
Ao que o senhor Vereador António Xavier respondeu, que a partir daquela rua poderão surgir outras.
Esclareceu ainda que os nomes propostos, a pedido da Câmara Municipal, foram sugeridos pela União de Freguesias de N. Sra. da Vila, N. Sra. do Bispo e Silveiras.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o novo topónimo proposto.

5ª proposta – Rua de Terrins
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o novo topónimo proposto.

6ª proposta – Rua Simão Malta
Sob a presente proposta tomou a palavra o senhor Vereador António Pinetra tendo dito que, em seu entender, esta é a única proposta um pouco diferente das outras, atendendo a que existem residentes naquela rua que certamente já têm uma série de informação que consta da documentação, como tal, já obriga a existir alterações neste âmbito.
Questionou ainda a fundamentação, para atribuição do topónimo proposto, deveria existir uma memória descritiva que fundamentasse a proposta.
Reafirmou que a sua preocupação é relativamente à população que lá habita, que apesar de não ser muita, terão que alterar toda a sua documentação para atualizar os endereços.
Por outro lado, questionou que, tratando-se do nome de uma pessoa, se os familiares foram auscultados sobre a situação.
Reafirmou que futuramente em situações deste género, deveria ser apresentada uma pequena memória descritiva para fundamentação.
Retomou a palavra o senhor Vereador António Xavier para concordar com o seu antecessor, afirmando que a proposta deveria conter mais informação.
Explicou que o requerimento deu entrada por via de um dos membros da Comissão, tendo dito que falou com a família a informar, ao que consta, a família também já teria feito este requerimento no passado, eventualmente, não do ponto de vista formal.
Acrescentou que, no que diz respeito às pessoas afetadas é somente uma casa, porque é a única que de facto, que fica envolvida neste processo.
Do contacto oficioso que fizeram, resultou que também não existe qualquer problema.

Retomou a palavra o senhor Presidente para dizer que por parte da família há toda a honra em receber esta atribuição de topónimo.
Trata-se de uma figura montemorense, um dos fundadores do Grupo de Forcados Amadores do Montemor-o-Novo, é um dos grandes embaixadores de Montemor-o-Novo, no país, e que temos a honra de pertencer a este concelho, e a esta cidade.
Acrescentou que é apenas uma pessoa que tem a sua morada nesta rua – Rua Horta das Almas, que passará assim a chamar-se Rua Simão Malta, topónimo que terá muito mais significado para os montemorenses do que Rua Horta das Almas.
Disse ainda o senhor Presidente que da sua parte, há concordância com esta alteração.
O Senhor Vereador António Xavier acrescentou que esta alteração não afeta a restante rua, porque era um A e um, portanto havia dois uns, por outro lado a Rua Horta das Almas continua e dá a volta, como tal não é afetada.
Novamente no uso da palavra o senhor Vereador António Pinetra disse nada ter a obstar e as questões que colocou foram apenas para melhor esclarecimento.
A questão dos residentes naquela rua, que provavelmente têm que alterar a sua documentação, se existir acordo da sua parte, também nada tem a opor.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o novo topónimo proposto.

7ª proposta – Parque 25 de Abril

Sob a presente proposta usou da palavra o senhor Vereador António Xavier para explicar o seu enquadramento, assim disse a proposta foi um requerimento ad hoc, elaborado no próprio dia da reunião, não foi apresentada com a devida antecedência e foi apresentada por um membro da Comissão de Toponímia.
Disse seguidamente ter ponderado, apresentar a proposta, numa próxima reunião, até porque carece de parecer da Junta de Freguesia, porém o senhor Presidente da Junta de Freguesia emitiu parecer positivo, posteriormente foi enviado o parecer ratificado pela referida Junta de Freguesia, onde foi votado por unanimidade, eventualmente devido ao nome.
Após alguma ponderação, disse que em seu entender, o Parque Urbano é um local tão emblemático desta sociedade e com um nome tão já enraizado, na sociedade, que lhe parece que a atribuição de um nome, seja ele qual for, ao Parque Urbano, carece de uma maior reflexão e eventualmente, até de uma participação da sociedade civil.
Assim e em seu entender o assunto carece de uma maior e mais alargada discussão, não só das forças partidárias, mas eventualmente também da população.
Desta forma, entende que o assunto é importante e marcante para ser alvo de uma simples votação.
Informou ainda que, desta forma, votará contra esta proposta, pelos argumentos apresentados.
Interveio seguidamente a senhora Vereadora Sílvia Santos para dizer que relativamente a esta questão, e atendendo a que também já surgiu com outra, em sua opinião a proposta deveria ser retirada para uma melhor análise.
Disse também não se sentir confortável relativamente a esta votação, após ter auscultado o que o senhor Vereador António Xavier transmitiu, relativamente ao facto de não pertencer à ordem de trabalhos da Comissão de Toponímia.

Disse depois, que se trata de um espaço nobre da cidade, um espaço que há muito tempo tem o nome Parque Urbano atribuído, como tal, disse que lhe parece que o assunto deva merecer outro tipo de análise e fundamentação, e, eventualmente, mesmo uma auscultação à população.
Interveio seguidamente o senhor Vereador Henrique Lopes para transmitir que também não se sente confortável ainda para votar esta proposta.
Salientou que o 25 de Abril foi das datas mais importantes da sua vida, coletivamente a mais importante.
Disse lembrar-se sempre de uma canção do Zeca, a Utopia, onde também disse, numa conversa e discussão pública que decorreu, em que o referido Zeca Afonso, numa canção dizia, "cidades sem muros nem ameias, gente igual por dentro, gente igual por fora".
De facto, os parques urbanos são refúgios para a compensação também de alguma agitação da vida urbana e têm como objetivo proporcionar espaços para a recriação, atividades ao ar livre, lazer. Esse contacto com a natureza também é bastante importante e desempenha um papel essencial na melhoria da qualidade de vida das pessoas, e isso é inequívoco.
Disse seguidamente que gosta francamente da terminologia parque urbano, até porque urbano pode ser usado para descrever qualquer coisa relacionada com a vida na cidade, incluindo depois aquilo que há muito tempo lá se faz, que é a vida cultural, a socialização, os afins sociais e ambientais, entre outros aspetos. Mas também uma outra dimensão, são espaços que permitem a reflexão e também de alguma forma a idealização de uma sociedade, não diria utópica, mas de uma sociedade onde ali se podem experimentar momentos de reflexão a sós ou acompanhados, ideais de igualdade, de justiça, de harmonia, de progresso, e que às vezes são difíceis de alcançar na realidade.
O parque oferece um conjunto de instalações relevantes, tem eventos e uma programação também própria que inspiram a imaginação e incentivam a todos aqueles que lá estão, certamente por um mundo melhor.
Na sua opinião, deve encontrar-se, tudo isto, numa escolha muito mais aberta, que transcenda muito mais essa data, e acho que também deveriam repensar um pouco sobre o significado daquele espaço em concreto, daquilo que é um coração, também central da vida de Montemor-o-Novo, um coração verde, ambiental, ecológico, poético, utópico. Trata-se um espaço onde cada um, de alguma forma pode homenagear um período de transformação, expressando o desejo naturalmente de continuar a expressar ideais de liberdade, de igualdade e de justiça, e também de lembrar as conquistas do passado às gerações futuras, a importância de construir um mundo melhor.
Disse ter dúvidas relativamente à denominação para aquele lugar, entende que o Parque Urbano reflete a URB e a modernidade.
Reafirmou não se sentir confortável, para votar esse nome para quem o dia 25 de Abril, foi um dia bastante importante.
Trata-se ainda de uma outra situação, para si, de uma narrativa mais alargada, e assim disse que neste momento também tem algumas dúvidas sobre esta matéria.
Foi o senhor Vereador Gil Porto que seguidamente interveio para questionar o senhor Vereador António Xavier se a proposta é sua, tal como diz na proposta "De acordo, remeta-se a reunião de Câmara e assinado por si".

Ao que o senhor Vereador António Xavier respondeu que, de acordo com o texto que é enviado, porque é o Presidente da Comissão, não a Comissão.
Desta forma foi a Comissão que deliberou relativamente à proposta apresentada e na qualidade de Presidente, não pode deixar de apresentar à Câmara a deliberação da Comissão.
Acrescentou que, ainda que, se esta proposta tivesse sido votada, com o seu voto contra, teria que ser sempre presente a reunião de Câmara, atendendo a que a Comissão é um órgão deliberativo democrático.
O senhor Vereador Gil Porto disse ter conhecimento do que foi transmitido pelo seu antecessor, porém está a tentar fazer o enquadramento da situação.
Acrescentou ainda que está com alguma dificuldade em tomar uma posição, face à situação exposta.
Já vários documentos baixaram aos serviços para melhor análise, avaliação, verificação e melhor conhecimento e se essa situação aqui se colocar, não se irá opor.
Esta proposta, em seu entender, só poderá ser analisada de acordo com o que consta do documento, se for avaliada do ponto de vista de fazer uma auscultação à população, então dever-se-ia fazer idêntico procedimento, com todas as outras ruas e desta forma deixaria de existir a Comissão de Toponímia.
Disse perceber o que o senhor Vereador António Xavier transmitiu, inclusivamente percebe que as propostas sejam votadas uma a uma, pese embora não esteja explicitado no documento, foi no decurso da reunião que foi decidido.
Salientou que propostas como requerimentos e licenciamentos são apresentados ponto a ponto e posteriormente é decidido votar conjuntamente ou não, e não é essa situação que aqui se apresenta, logo a partida ocorreu um erro relativo à votação das propostas.
Reiterou a sua admiração relativamente à forma como decorreu todo este processo e desta forma não ter condições de votar a proposta.
Disse ainda que nunca tinha acontecido, alguém trazer uma proposta a reunião de Câmara a dizer que concorda e aquando da votação, votar contra.
A solução para a situação, era a proposta ser presente a reunião de Câmara, mas com as considerações do eleito que a propôs.
O senhor Vereador António Xavier retomou a palavra para explicar que, não teria que ser assim, porque a proposta que vem é para se remeter, de acordo com a apreciação dos membros da Comissão, a um de fevereiro, propõe-se que a Câmara delibere sobre a aprovação dos referidos topónimos.
Esta questão é o que o vereador que despacha para a reunião de Câmara tem que responder e tem que dizer se está de acordo.
Disse depois, que podia ter votado contra estas propostas. No entanto, se a maioria da Comissão decidir que é para votar a favor, aliás, como aconteceram noutras propostas que foram à reunião de Toponímia, em que votou a favor ou se absteve e elas foram chumbadas, que não estão aqui, se tivesse sido ao contrário, elas teriam que ser aqui presentes, e é por isso que é, de acordo com a proposta da funcionária que refere o documento, que se remete para deliberação. Não tem nada a ver com o voto cativo na comissão.
Pronunciou-se seguidamente o senhor Vereador António Pinetra para dizer que compreende todas as intervenções que aqui foram apresentadas, existe porém uma questão que o deixa aqui ,um pouco apreensivo.

O Parque Urbano, desde que ele existe, é denominado como Parque Urbano, não tem qualquer outra denominação.
Ficou admirado com a proposta que agora foi apresentada de alterar o nome de Parque Urbano para Parque 25 de Abril.
Por outro lado, é importante perceber, se alguém está com intenção de mudar o nome ao Parque, salientou que não percebe o porquê desta situação.
Trata-se de um Parque que já foi construído há alguns anos e a sua denominação está muito correta.
Disse não se opor a que o documento seja retirado e que a proposta não volte a ser apresentada, e que definitivamente aquele espaço tenha a denominação de Parque Urbano que é o que acha correto.
Pronunciou-se seguidamente o senhor Presidente tendo dito que é contra a alteração do nome de Parque Urbano para Parque 25 de Abril, trata-se de um nome atribuído há muito tempo, deste a sua inauguração.
Entende que já existem referências ao 25 de Abril na toponímia quer da cidade, quer das freguesias, como tal não vê necessidade de reforçar o nome de Parque Urbano como Parque 25 de abril.
Parece-lhe que todo os eleitos têm a mesma posição, como tal, entende que a proposta está em condições de ser votada.
Retomou a palavra o senhor Vereador António Xavier para transmitir que, se a proposta baixar aos serviços, não vai ser corrigido, porque não existe nenhum erro, se a proposta baixar vai ter que voltar.
O senhor Vereador António Pinetra refirmou a sua posição de que o nome no Parque Urbano não deverá ser alterado.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com cinco votos contra dos eleitos do PS, Coligação CDS/PSD, um da CDU e uma abstenção de um Vereador da CDU, não aprovar o novo topónimo proposto.

9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL

A concluir o senhor Presidente colocou à consideração dos presentes o nono ponto da Ordem de Trabalhos:

A) Proposta de Protocolo para Refeições Escolares para Alunos de Cortiçadas de Lavre

"Para que se continue a efetuar o serviço de refeições escolares no ano letivo 2023-24 aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino do concelho de Cortiçadas de Lavre e que são confecionadas no Refeitório Escolar de Foros de Vale Figueira, submete-se para aprovação uma (1) proposta de Protocolo para o serviço de Refeições, a vigorar no ano letivo 2024-2024, a celebrar com a Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira.
Solicita-se previamente a cabimentação no valor de 14 500,00 €."
Os documentos referentes ao presente processo, foram rubricados por todos os membros do Executivos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos à documentação da presente ata.
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de protocolo para Refeições Escolares relativo aos alunos de Cortiçadas de Lavre.
O documento em causa deverá ser remetido para apreciação da Assembleia Municipal.

B) Pedido de Cartão Social

No âmbito do Programa Integrado de Apoio Social, nomeadamente do eixo 6, informa-se que deu entrada um pedido novo de Cartão Social Mor Solidário.
Após análise dos documentos e informações prestadas conclui-se que não se enquadra dentro dos parâmetros de atribuição uma vez que o rendimento per capita (781,97€) ultrapassa o valor do escalão C (entre 80% e 90% do IAS = entre 407,42€ 458,33€).
Submete-se a aprovação superior o processo abaixo identificado, que se encontra disponível para consulta no Gabinete de Ação Social.

Identificação da Requerente	Rendimento per capita	Escalão	NIF
Rosária da Conceição Passinhas Freixa Rua da Conceição, nº 2 – 1 C 7050-169 Montemor-o-Novo	781,97€	Não Atribuído	202 743 853

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade não atribuir o Cartão Social requerente.

10. ATENDIMENTO A MUNICIPES

Não houve quaisquer agendamentos para este ponto.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião eram 17.20 H horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar a ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.
E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A ASSISTENTE TÉCNICA

Maria Luisa da Silva Martins